

Debate

Mecanismos de Exploração

«Salários vs Crise»

NOTA RESUMO Nº 1/2010

Janeiro 2010

União dos Sindicatos do Porto - Gabinete Técnico

O desemprego tem vindo a subir de forma consistente, atingido máximos históricos. Os últimos dados do INE, referentes ao 3º trimestre de 2009, apontam para uma taxa de desemprego oficial de 9,8% para Portugal, cerca de 547,7 mil desempregados (+26,3% face ao trimestre homólogo).

Neste contexto, a região Norte tem sido particularmente afectada, concentrando 41% do total de desempregados a nível nacional. A taxa de desemprego atingiu os 11,6%, um valor superior em quase 2 pontos percentuais à taxa nacional. Face ao trimestre homólogo, a região Norte tinha cerca de mais 46 mil desempregados (+25,7%), ou seja mais 126 desempregados por dia. Ao nível do emprego, a região Norte perdeu 70 mil empregos num ano, 27 mil dos quais na indústria transformadora.

Face ao aumento do desemprego, tem havido uma forte ofensiva ideológica, no sentido da necessidade de moderar/conter o crescimento dos salários para o ano de 2010. No final de 2009, foram múltiplas as declarações de diversos economistas, comentadores na comunicação social e do próprio Governador do Banco de Portugal, sobre a necessidade da contenção salarial, em nome de uma pretensa defesa do emprego, sublinhando quer a baixa produtividade do trabalho em Portugal, face a outros países da União Europeia, quer a necessidade de aumentar a competitividade das empresas.

A discussão em torno do défice público e do orçamento de Estado para 2010, também se centrou na necessidade de reduzir a despesa pública e, claro, no congelamento dos salários da função pública que acabam por ser um referencial salarial para todos os trabalhadores.

O episódio talvez mais marcante, foi a tentativa das organizações patronais em romper o acordo obtido em sede de concertação social, de aumento do salário mínimo nacional para os 475 euros em 2010 e assim atingir os 500 euros em 2011.

A ideia vinculada é que é necessário preservar o emprego a qualquer custo, tendo em conta o elevado número de desempregados e trabalhadores com vínculos precários. Por isso, neste contexto, não se deve lutar por aumentos salariais e até é necessário fazer novas cedências de direitos (por exemplo, trabalhar mais dias sem remuneração adicional), para assim garantir o emprego, entre as ameaças patronais de encerramento de empresas, desemprego e deslocalização.

Foi neste contexto que a União dos Sindicatos do Porto realizou um debate no dia 18 de Dezembro de 2009, com vista a potenciar a resposta dos seus dirigentes à ofensiva ideológica em curso, tendo em conta a interiorização por parte de muitos trabalhadores da actual situação de crise e da campanha ideológica que tem vindo a ser vinculada na comunicação social.

A necessidade de lutar por melhores salários

A principal ideia força do seminário, é a de que a melhor maneira de defender o emprego é através da organização da luta dos trabalhadores em cada empresa e cada sector de actividade, em defesa de melhores salários, pela luta por melhores condições de trabalho e pela redução do tempo de trabalho.

A historia demonstra que as cedências das últimas décadas, não só sedimentaram o caminho para a perda de direitos, arduamente conquistados por décadas de luta, como não contribuíram para a manutenção do emprego. A tendência das últimas quatro décadas, tem sido para um aumento estrutural do desemprego, a par com a desaceleração do crescimento dos salários.

A restauração do poder de compra dos trabalhadores é uma questão essencial para o desenvolvimento económico e social do país, para a necessária dinamização do nosso mercado interno (por via do aumento salarial), contribuindo para o aumento da procura e consequentemente da actividade económica e da geração de emprego.

Mas o aumento salarial é sobretudo uma pré-condição para combater a crescente exploração do trabalho dos últimos anos, com o crescimento das desigualdades salariais e a desvalorização dos salários. O peso dos salários no produto/rendimento nacional tem vindo a cair, o que evidencia o aumento da taxa de exploração em Portugal e uma injusta repartição da riqueza. É também um imperativo no combate à pobreza, muitos são os trabalhadores que apesar de auferirem um salário, não conseguem sair do limiar da pobreza.

Mas as desigualdades salariais são também um factor de agravamento das assimetrias regionais. A diferença do salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região Norte, é de 7 pontos percentuais face à média nacional. O estudo do INE sobre a evolução do poder de compra concelhio mostra que o poder de compra está cada vez mais concentrado em menos concelhos e que se encontravam na região Norte 15 dos 21 concelhos, com poder de compra inferior a 50% média nacional.

A luta por melhores salários é também uma luta pela transformação do actual modelo de desenvolvimento nacional, assente nos baixos salários. E, por isso mesmo, assente numa produção de baixo valor acrescentado. Este modelo tem agravado a nossa dependência externa, nomeadamente face à Alemanha e à Espanha. Assim como a nossa dependência sectorial do *cluster* automóvel, responsável pelo investimento directo estrangeiro mais significativo (por exemplo, a Autoeuropa). Torna-nos cada vez mais periféricos no contexto europeu e em concorrência com os países do leste europeu e do sudeste asiático.

O valor acrescentado a nível nacional, na maior parte de grandes investimentos estrangeiros é quase exclusivamente o dos salários (por exemplo, a Qimonda). O país importa os componentes, monta-os com base num *stock* de mão-de-obra mais barata e depois exporta, não retendo as partes de maior valor acrescentado da cadeia de produção.

O modelo dos baixos salários, está intimamente ligado à aposta de sectores de baixo valor acrescentado e, por isso, de baixa produtividade. O preço de cada unidade de produto produzido é baixo e, assim, a produtividade é baixa. Mesmo com a intensificação dos ritmos de trabalho que podem levar a uma maior produção unitária, o valor da produção acaba por determinar a medida da produtividade e não os trabalhadores. Por outro lado, a organização empresarial é também fraca, com baixa eficiência do capital, pouco investimento fixo por trabalhador e com uma grande parte dos patrões a terem habilitações literárias inferiores à dos trabalhadores que empregam.

A questão dos salários é estruturante para a sustentabilidade da segurança social e sobretudo do sistema de pensões. Mas também é uma condição para afirmação e fruição de direitos políticos, sociais e culturais e com isso, para o aprofundamento da democracia participativa.

Lutar por melhores salários é lutar pela valorização do trabalho. Uma luta cujo resultado dependerá, como sempre, do grau de organização e unidade dos trabalhadores. E a luta é essencial, porque nunca é demais sublinhar que todos os direitos dos trabalhadores e dos povos, nunca foram dados, foram sempre conquistados. A história assim o demonstra.